

(CON)CURSOS DE PROJETO

Anotações sobre arquiteturas-outras

PROJECTS COMPETITIONS
Annotations about other-architectures

José Alberto de Oliveira Grechoniak¹ e Ana Elísia da Costa²

Resumo

Para além da consensual importância cultural dos concursos de projetos, problematiza-se aqui a dimensão democrática dos mesmos e o seu potencial como gerador de danos, ao abstrair conflitos existentes e emergentes. Desde aí, objetiva-se levantar questões referentes aos seus moldes, o que, ao desestabilizar a cultura sobre o tema, pode se justificar. Parte-se da premissa que concursos-outras implicariam em adotar procedimentos participativos e inclusivos e em buscar resultados processuais e abertos, como forma de garantir o acesso à cidadania e o consequente direito à cidade. Questionando-se como tais procedimentos podem ser inseridos nos concursos, dois estudos de casos são explorados de forma qualitativa – o Mercado Distrital do Cruzeiro (2011 – MG) e o Mercado Público de Lages (2014 – SC). Explicita-se meios e fins distintos nesses concursos e, conseqüentemente, contradições de uma cultura de concursos que, ao tomar o senso democrático como construção ou como premissa, revela diferentes níveis de comprometimentos estético-ético-políticos.

Palavras-chave: concursos de projeto, conflitos, processos participativos.

Abstract

In addition to the consensual cultural importance of project competitions, their democratic dimension and their potential as a generator of damage is discussed here, by abstracting existing and emerging conflicts. The objective is to raise questions regarding its molds, which, by destabilizing the culture on the subject, can be justified. Starting from the premise that contests-others would imply adopting inclusive and participatory procedures and seeking procedural and open results, as a way of ensure access to citizenship and the consequent right to the city. Questioning how such procedures can be inserted in the contests, two case studies are explored in a qualitative way – the Cruzeiro District Market (2011 – MG) and the Lages Public Market (2014 – SC). Different means and ends are explained and, consequently, contradictions of a culture of competitions that, when taking the democratic sense as a construction or as a premise, reveals different levels of aesthetic-ethical-political commitments.

Keywords: projects competitions, conflicts, participatory processes.

¹ Pós-Graduado em Geografia, Cidade e Arquitetura (Escola da Cidade, 2022). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel, 2021-). Arquiteto e Urbanista (UNIPLAC, 2020). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIPLAC.

² Pós-Doutora em Urbanismo (ISCTE, 2019-2020). Doutora (2011) e Mestre (2001) em Teoria, História e Crítica em Arquitetura (PROPAR/UFRGS). Arquitecta e Urbanista (PUC-GO, 1993). Professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Introdução

Sejam públicos ou privados, os concursos de projetos cumprem um importante papel na cultura arquitetônica e urbanística. Por meio deles, pode-se promover experimentações que nem sempre o mercado de trabalho oportuniza; dar visibilidade a diversos profissionais, principalmente os jovens arquitetos e urbanistas; ampliar o debate de problemas e soluções de modo mais transparente e menos subjetivo com a sociedade; bem como promover o reconhecimento social da profissão. Soma-se a isso, o argumento de que o concurso “é uma forma democrática de projetos” (SUZUKI et al., 2018, n.p.).

Sob o argumento do democrático, contudo, cabem algumas reflexões que podem desestabilizar o que é tomado como senso-comum ou valor universal pela cultura disciplinar. A democracia pressupõe que alguns são mais aptos do que outros para exercitar uma determinada atividade, sendo estes eleitos para representar os então inaptos (RANCIÈRE, 2005). Se assim, os concursos trazem subjacente o entendimento de que o arquiteto e urbanista é a figura mais-apta a conceber espaços em relação aos sujeitos afetados pelos seus projetos e que, entre concorrentes, o vencedor é mais competente que os demais. A dimensão democrática de um concurso, portanto, envolve apartar sujeitos heterogêneos e ideias divergentes, reduzindo conflitos e contradições em torno de um presumível e idealizado consenso, que nem sempre representa o mais justo. Neste sentido, observa Sobreira (2021, n.p.): “as qualidades que permitem destacar o concurso como instrumento desejável não o isentam das tensões e conflitos de interesses inerentes à própria disciplina, ou da relação desta com o meio político e social com o qual se relaciona”.

Os conflitos inerentes aos concursos, contudo, os transcendem no próprio projeto (objeto de concurso ou não), já que o mesmo é, em si, sempre um dado dissensual. Inescapavelmente, o projeto beneficia uns em detrimento de outros ao propor algo que deveria ser compartilhado ou vivenciado em comum, representando, portanto, uma partilha potencialmente geradora de danos (RANCIÈRE, 2005). Por outro lado, apesar desse potencial, a cultura disciplinar ainda persiste em operar o projeto a partir da abstração de conflitos existentes e da idealização de consensos que levariam à construção de futuros harmoniosos (HOLSTON, 1995).

Ao pautar a abstração de conflitos e a ideia de consensos que permeiam a disciplina, em seus projetos e concursos, este ensaio objetiva levantar questões referentes aos moldes dos concursos na contemporaneidade. Neste exercício, não se busca desqualificar as potencialidades dos concursos, mas levantar argumentos que explicitem também suas fragilidades, podendo a vir subsidiar novos estudos que busquem ressignificar os seus próprios sentidos. Essa discussão, portanto, pode se justificar por desestabilizar, direta ou indiretamente, a cultura arquitetônica e urbanística que, pelos seus modos de pensar-fazer, afeta a própria sociedade.

Neste contexto, questiona-se: como os concursos lidam ou poderiam lidar com dados conflitivos – existentes e emergentes – na sua concepção e nos seus resultados? Como estes, mesmo que ainda de modo não consensual, poderiam ser guiados por desejos de coesão sócio-econômica-cultural na partilha-do-comum? Como ampliar sua dimensão predominantemente estética, para uma dimensão também ética e política?

Na perspectiva desses questionamentos, sustenta-se como premissa que concursos-outras seriam constituídos como participativos, promovendo o exercício democrático e o engajamento processual dos sujeitos afetados e, portanto, superando convicções democráticas que alguns sujeitos são incapazes de pensar-atoar no processo da construção do comum (RANCIÈRE, 2005). Seriam também inclusivos, abrindo-

se a valores e saberes científico-eruditos e também aos tradicional-populares que, recorrentemente, são depreciados por uma uniformização imposta pelas ordens vigentes (culturais, legais, econômicas). Por fim, seus resultados seriam processuais e abertos, suportando usos indeterminados ou temporários que aguardariam definições ou resoluções no futuro conflitivo. Ao partir dessa premissa, portanto, os concursos seriam pautados como agenciamentos de exercício da cidadania, desenvolvidos com todos os afetados, o que, conseqüentemente, levaria a arquiteturas-outras e a um efetivo acesso democrático à cidade. Sob essa perspectiva, o trabalho vem ao encontro da presente edição da Revista Píxo.

Como isso tensiona rigores e consensos que tradicionalmente regem os termos dos concursos, novos questionamentos sobre seus modos de operar se tornam latentes: quais instrumentos e procedimentos poderiam garantir o engajamento ativo de todos os sujeitos no processo de concursos, não reduzindo alguns a meros receptores de um desenho-produto e os comprometendo com os processos pós-concurso? Quais mecanismos poderiam assegurar a contemplação de valores plurais, não só de interesse das instituições promotoras e da corporação profissional, mas também dos sujeitos afetados? Como resultados únicos, consensuais e definitivos podem ser tensionados no interior dos concursos e fora deles?

Para refletir sobre estas questões, são adotados como objetos de estudo editais de concursos de projetos para revitalização de mercados públicos. Estes são eleitos por serem espaços de grande convergência social e que, justamente por isso, vêm sendo adotados como projetos-âncora de projetos maiores de revitalização urbana. Discutir os moldes destes concursos, portanto, oportuniza pensar na produção e (re)produção de espaços de grande impacto social e, conseqüentemente, da cidade.

Sem esgotar o enorme acervo de concursos de mercado, adota-se dois concursos como estudos de caso – o concurso para o Mercado Distrital do Cruzeiro (2011), em Minas Gerais, e para o Mercado Público de Lages (2014), em Santa Catarina. Com datações aproximadas e instituição organizadora em comum, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), os concursos tiveram grande repercussão nas mídias, o que lhes confere uma provável condição de igualdade na análise proposta. Observa-se também que o segundo é objeto de interesse de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel (PROGRAU/UFPel), da qual este artigo é subproduto.

A abordagem desses estudos de casos é de natureza exploratória e qualitativa. Para fundamentá-la, são desenvolvidas pesquisas bibliográficas sobre modos de pensar-fazer cidade e de organizar concursos. Por outro lado, pesquisas bibliográficas e documentais versam sobre as trajetórias históricas dos mercados, os editais dos seus concursos e as peças gráficas dos projetos vencedores. Do cruzamento desses dados, são tramadas as reflexões aqui apresentadas.

Conclui-se que os estudos de caso explicitam agenciamentos culturais com meios e fins muito distintos. O concurso do Mercado de Belo Horizonte é deflagrado pela própria comunidade e opera a partir de mecanismos participativos e inclusivos, bem como usa suas três propostas finalistas como recursos políticos para disputas dessa comunidade com o poder público. Três anos depois, o concurso do Mercado de Lages é uma iniciativa do poder público que, ainda operando aos moldes tradicionais de concursos, delinea uma participação popular pouco efetiva. Seu resultado se revela pouco sensível aos valores locais, parecendo ser mais um artifício que busca espetacularizar o patrimônio e criar uma nova identidade para a cidade.



Sendo organizadas por uma mesma instituição, tais concursos podem revelar, sem generalizações, contradições de uma cultura em construção, em que o senso democrático a guiar seus meios e fins, por vezes, é tomado como uma construção, outras, como uma premissa. Como consequência, isso pode revelar também distintos níveis de comprometimentos estético-ético-políticos dos concursos.

O Mercado Distrital do Cruzeiro

Contexto e conflitos prévios

Situado na região centro-sul de Belo Horizonte, o Mercado Distrital do Cruzeiro foi um dos motivos, juntamente com a expansão da avenida Afonso Pena, pela valorização econômica do Bairro Cruzeiro. (Figura 1). Projetado pelo arquiteto mineiro Éolo Maia em 1972 e inaugurado em 1974 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), sua construção foi desenvolvida sob o argumento da necessidade de retirada dos feirantes da rua, afim de propiciar aos produtores do campo, pequenos comerciantes e feirantes um ambiente seguro para o trabalho (PERUCCI, 2015; ANDRADE, 2011).

Assim, em prol da garantia de bom funcionamento, a partir da sua inauguração a gestão pública proibiu atividades de rua e não forneceu mais alvarás aos comércios de pequeno porte especializados em produtos hortifrutigranjeiros que já estavam instalados pelas imediações. Isso, somando à especulação imobiliária no bairro, motivou na época a gentrificação de antigos moradores e frequentadores, tratando-se, portanto, de um equipamento que não está isento de uma natureza conflitiva de origem.

A despeito disso, por possuir uma localização privilegiada, de fácil acesso e em meio a parques e áreas livres, e por oferecer uma boa gama de serviços e produtos, o Mercado do Cruzeiro se consolidou como um importante ponto de encontro e de referência na cidade até o início da década de 1990 (PERSPECTIVAS, 2017; ANDRADE, 2011).

Figura 1 – Mercado Distrital do Cruzeiro. Fonte: Google Earth, 2022.

Sua vitalidade, contudo, foi enfraquecida com a concorrência de redes de supermercados que passaram a oferecer uma variedade ainda maior de mercadorias e a funcionar em horários amplos, bem como com a concorrência de mercados conhecidos como sacolões, que ofereciam as mesmas mercadorias a preços menores. Isso, somada à falta de investimentos para a sua manutenção e conservação, levou à precarização de suas instalações e à sua descaracterização (ANDRADE, 2011).

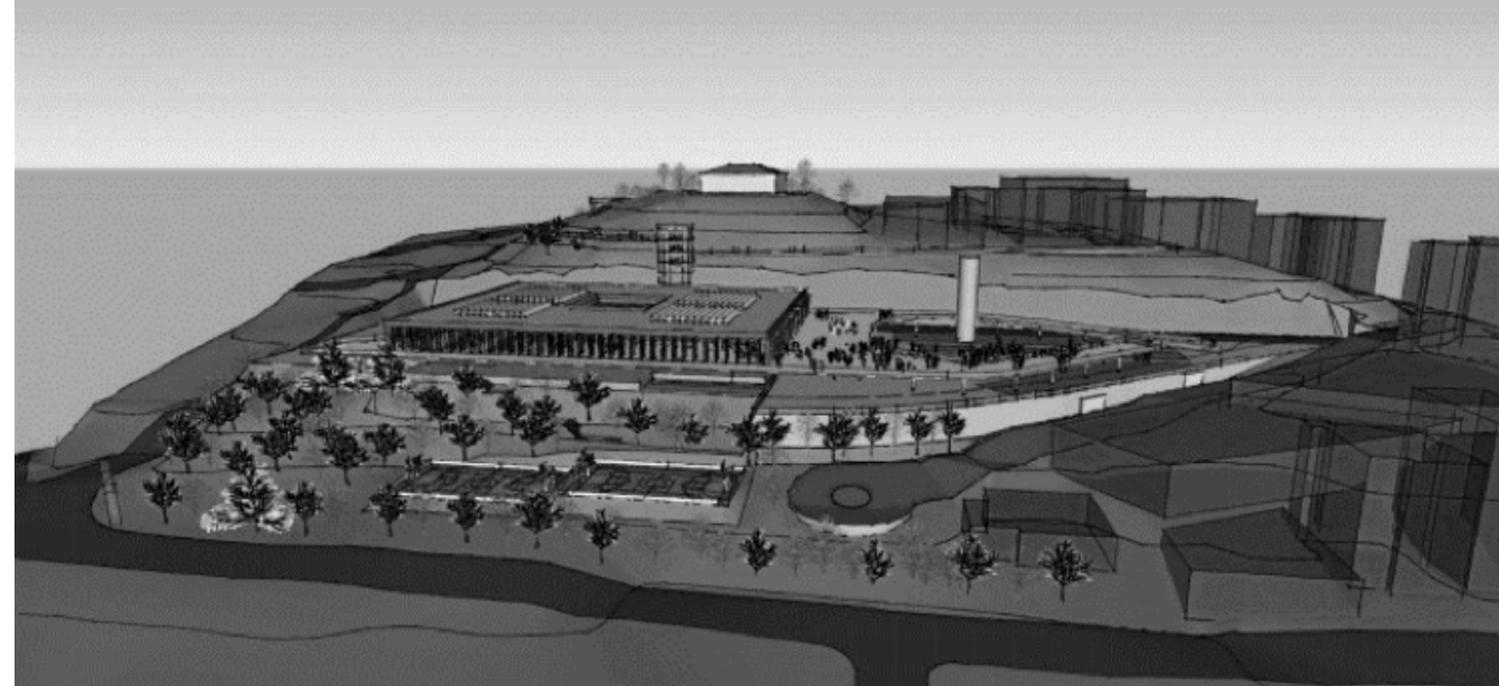
Desfrutando de relativo abandono desde 1997, a Prefeitura Municipal passou a promover ações que buscavam a revitalização do Mercado, mas que nem sempre foram apoiadas pela população local. A primeira ação ocorreu em 1997, quando os comerciantes foram ordenados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a desocupar o espaço em trinta dias para uma revitalização. Essa ação foi logo percebida como uma estratégia que poderia ocasionar na extinção de um dos últimos exemplares dos mercados distritais, levando à presidência do Mercado a buscar o apoio de políticos, clientes e moradores do bairro. Em decorrência desta mobilização, o poder público criou uma lei que garantia a manutenção das características originais do edifício em uma possível intervenção, porém, por não encontrarem consenso no projeto que deveria ser executado, o Mercado não foi revitalizado. (MERCADO DO CRUZEIRO, n.d.).

Em 2007, uma nova ação foi empreendida pela PBH, ao anunciar que iria se desfazer ou dar novos usos para os mercados distritais da cidade, incluindo o do Cruzeiro, que se tornaria um centro gastronômico e cultural. O projeto para esse centro foi apresentado em 2009, levando a novas articulações entre os permissionários que temiam perder seus espaços de venda. Em resposta a essas articulações, foi sancionada uma lei que prometia a permanência dos comerciantes em todos os períodos da reforma (VIDIGAL, 2011).

A situação conflitiva se agravou em 2010, quando foi publicado um Pedido de Manifestação de Interesse (PMI 05/2010) que buscava, por meio de parcerias público-privadas, uma proposta de revitalização do Mercado. Um projeto foi então apresentado, de autoria da Universidade FUMEC e duas construtoras, propondo a demolição do antigo edifício e a construção de um complexo comercial e gastronômico, dois hotéis, um amplo estacionamento, além do espaço para os comerciantes (MERCADO DO CRUZEIRO, n.d.; VIDIGAL, 2011; ANDRADE, 2011). A reação da população afetada foi imediata, que se uniu contra as decisões do governo e solicitou ao núcleo mineiro do Instituto dos Arquitetos do Brasil uma posição técnica sobre este empreendimento. O IAB, por sua vez, apontou que além de descaracterizar o edifício e de suprimir o vazio urbano, o projeto traria impactos ambientais, como aumento do tráfego de veículos, problemas na mobilidade urbana e aumento da densidade. O conflito estava deflagrado e prospectado e, por meio de um abaixo assinado, a população exigiu o direito de participar da elaboração e escolha do projeto de revitalização do Mercado (ANDRADE, 2011).

O Concurso

Em meio às ações locais, em 2011, o IAB/MG uniu-se às associações do bairro e dos comerciantes do Mercado Distrital do Cruzeiro e ao Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais para o lançamento do concurso *Viva o Mercado!*, que pautava a preservação do edifício. Para a montagem do edital, foram consultados comerciantes, usuários do mercado e moradores do entorno. Assim, criou-se um programa de necessidades que previa, na pré-existência, um espaço *gourmet*, bares, aumento do número de lojas e a ampliação de vagas de estacionamento, além de um local para atividades de formação de mão de obra voltadas para reciclagem. No espaço urbano, foram programados uma praça multieventos em frente ao prédio e uma torre panorâmica que ligava o Mercado ao Parque Amilcar Vianna Martins. As propostas a serem desenvolvidas deveriam contemplar soluções para os telhados, layouts para boxes e lojas e programação visual e deveriam ser economicamente sustentáveis, levando em consideração a falta de



recursos da prefeitura para a intervenção (ANDRADE, 2011; SIQUEIRA, 2011; JOBIM, 2011).

Para a escolha do projeto vencedor, foram instituídos dois corpos de jurados, um técnico e um popular. O primeiro, formado por integrantes do IAB/MG, deveria escolher três propostas que melhor aderissem às diretrizes projetuais. O segundo, formado pela comunidade local, elegeria uma das três propostas pré-selecionadas. Desde este escopo é possível afirmar que o concurso operou a partir de procedimentos participativos e inclusivos, delegando à própria comunidade não só a montagem do programa, atenta aos seus saberes, valores e demandas, mas também um papel ativo na seleção das propostas.

O concurso recebeu sete inscrições, sendo selecionadas pelo júri técnico os projetos coordenados por João Diniz, André Luiz Prado e Francisco Albano de Andrade (JOBIM, 2011; ANDRADE, 2011). Em agosto de 2011, a população local uniu-se em um evento público no mercado, que contemplou a defesa e debate das propostas, animação por atividades culturais e a eleição da melhor proposta pelo júri popular, quando o projeto dos arquitetos e urbanistas Francisco Albano de Andrade, Gian Paolo Lorenzetti e Rodrigo Ferreira Andrade foi escolhida (ANDRADE, 2011; MATOSO, 2011). Na ata dos jurados dessa proposta, destaca-se a flexibilidade de uso e a relação “amigável” com a cidade (JOBIM, 2011, n.p.), indicando atenção a uma necessária dimensão aberta do programa e aos conflitos que emanam do projeto (Figura 2).

Apesar de eleger uma proposta, as três finalistas foram apresentadas ao poder público como alternativas, o que levou a PBH a descartar o projeto que havia proposto, ou seja, os resultados do concurso não foram tomados como definitivos e consensuais.

Toda essa mobilização, aparentemente, foi esvaziada em 2018, quando o Mercado do Cruzeiro e outros cinco mercados, foram inseridos novamente em uma PMI. Essa, contudo, propunha a apresentação de propostas de recuperação e gestão que valorizassem as edificações, mantendo atividades originais e considerando os aspectos socioculturais e urbanísticos da região e de seu entorno (PBH, 2018). No documento específico para o Cruzeiro, as diretrizes de projeto se assemelham ao que foi proposto no concurso mobilizado pela comunidade. A configuração espacial do edifício devia ser mantida e valorizada, os novos usos deveriam contemplar uma gama variada de atividades, agora privilegiando produtos provenientes da agricultura familiar, e era explicitada a intenção de articular o edifício com seu entorno (Figura 3), especialmente

Figura 2 – Projeto Vencedor do Concurso do Mercado Distrital do Cruzeiro. Fonte: Cortesia de Francisco Albano Andrade e equipe, 2011.



no que se refere ao tratamento da praça em frente ao mercado e à sua ligação com o Parque Amílcar Vianna Martins (PBH, 2018).

Conquistas e conflitos por vir

Assim, mesmo que o projeto vencedor não tenha sido implementado, o processo promovido pelo concurso serviu de balizamento estético-ético-político para o que veio a ser proposto pela PMI e, provavelmente, servirá para o enfrentamento das disputas por vir, ou seja, o concurso transcendeu seu próprio objetivo.

A perspectiva de conflitos futuros se expressa no fato de que em março de 2022 o mercado passou à iniciativa privada, sob a alegação dos órgãos municipais de que essa privatização possibilita a inserção deste e de outros mercados em uma rota turística e cultural que deverá se tornar referência em todo o país. Caberá à nova concessionária não só gerar e manter o edifício ao longo de 25 anos, mas também apresentar um novo anteprojeto arquitetônico (HOJE EM DIA, 2022; QUEIROZ; DIAS, 2022) que, sob o alicerce das disputas anteriores, provavelmente renderá novas mobilizações.

Mercado Público de Lages

Contexto e conflitos prévios

A cidade de Lages nasceu como entreposto comercial, para onde convergiam agricultores, tropeiros e intermediários que vendiam seus produtos diretamente aos consumidores. Dessa vocação, nasceram dois mercados públicos, construídos em 1878 e 1911 (PELUSO JR, 1991). Nos arredores destes equipamentos, formou-se a Praça do Mercado, um local de feiras e mercado de rua, e também de sociabilidades, onde moradores se encontravam, para, além de fazer compras, fechar negócios, fazer política, trocar notícias e contar causos (FCL, 2014; PEIXER, 2002).

Este espaço, historicamente, foi alvo de medidas higienistas e moralizantes impostas pela gestão pública. Já em 1895, o Código de Posturas da cidade buscou definir padrões de venda e de comportamento da população neste local, regulamentando dias e horários de feiras e a padronização da forma e quantidade em que produtos deveriam ser expostos e vendidos (SANTOS, 2020; PEIXER, 2002). Mais tarde, na década de



1940, essa praça sofreu uma série de ações de remodelação e embelezamentos: árvores que serviam como proteção aos comerciantes foram derrubadas, carretas e animais foram dali removidos e os antigos mercados foram transferidos para um novo edifício em área mais periférica, sob a alegação da necessidade de ampliação (PEIXER, 2002; PELUSO JR, 1991).

Deste modo, grupos populares que ali frequentavam foram afastados física e simbolicamente de seus territórios, o que evidencia uma natureza de origem também conflitiva, como observa Peixer (2002):

São ações desse estilo que foram reconfigurando os espaços sociais na cidade, que foram constituindo e redefinindo as diversas cidades presentes na cidade, através de medidas, muitas vezes autoritárias, que traziam no seu âmago a exclusão e a violência (física e simbólica) em relação aos grupos sociais mais pobres (PEIXER, 2002, p. 127).

Neste novo local, ainda na mesma década, foi construído o Novo Mercado Público de Lages. (Figura 4). Com projeto assinado por Henrique de Abreu Fialho e Wolfgang Ludwig Rau, o imponente edifício, em estilo Art Déco, buscava representar uma imagem de modernidade e romper a identidade provinciana da cidade, vindo a ser considerado como um marco da arquitetura moderna na própria região (ISHIDA et al., 2013; PEIXER, 2002).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o edifício sofreu uma ampliação que praticamente dobrou o seu tamanho (FCL, 2014), o que pode evidenciar sua relativa vitalidade. Destaca-se que, neste período, o Mercado contou com mais de 150 mercadores e teve grande parte da população como frequentadora (FCL, 2014).



Fotografia: Julia Vasco

Porém, pouco a pouco, o equipamento foi sendo esvaziado, parte em decorrência da sua posição urbana pouco estratégica, longe dos percursos e deslocamentos comuns da população local (ISHIDA et al., 2013), parte em decorrência da estagnação econômica da cidade, causada pela queda da exploração madeireira, principal atividade comercial da região. Somado a isso, assim como discutido no caso do mercado de Belo Horizonte, o mercado de Lages também foi impactado pelo fenômeno do surgimento do comércio especializado e ascensão das redes mercadistas (FCL, 2014).

De espaço produtor de sociabilidade, o Mercado tornou-se apenas em um local de passagem e uso esporádico. Essa falta de vitalidade condicionou seu gradativo abandono, sendo fechado pela Defesa Civil Municipal, em 2009, por problemas estruturais. Algum tempo depois da sua desativação, obras de substituição das estruturas originais foram realizadas e instalou-se em edificação nova e contígua ao equipamento, o Banco de Alimentos do município (SANTOS, 2014). A despeito desse uso vizinho, o Mercado foi sendo vandalizado, tendo sua pintura desgastada, seus vidros quebrados e portas e paredes pichadas (Figura 5).

Diante desse estado de abandono, algumas mobilizações em defesas de sua reforma, reativação e inserção em um circuito cultural foram acionadas por movimentos ligados ao patrimônio (ISHIDA et al., 2013; MUNARIM et al., 2007; ALTHOFF, 2004) e por grupos que passaram a ver nisso uma oportunidade para investimentos. Essa mobilização, portanto, veio de grupos específicos, não sendo legitimada diretamente por antigos comerciantes e frequentadores, o que poderia intensificar disputas sobre o destino do edifício, como ocorreu no Mercado de Belo Horizonte.

O concurso

Em resposta a isso, em 2012, a Prefeitura Municipal de Lages (PML) inseriu o Mercado Público no *Projeto de Modernização do Centro Urbano de Lages* (IDP, 2012), entendendo este edifício como uma âncora para esse projeto urbano. Observa-se que este projeto envolvia intervenções em outras praças e foi acionado por um desejo que espelha modelos europeus, envolvendo inclusive a participação de escritórios espanhóis.

Em 2014, em parceria com o Núcleo Catarinense do IAB, a PML lançou o *Concurso Nacional para o Projeto de Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages*. Para guiar os participantes, o seu termo de referência destaca o que seriam, então, “desejos” da sociedade: o resgate de sua história, tornando-se a preservação do patrimônio edificado um mecanismo para elevar a sua autoestima; a contemplação de “novos conceitos de urbanização” na cidade, como “espaços públicos de convívio”,

áreas verdes e de lazer e ruas de pedestres (FCL, 2014, n.p.). Essa argumentação, contudo, não resulta de consultada popular, o que permite levantar a hipótese de que o concurso lidava com valores-criados que, assim como em outros contextos, são usados para converter velhos edifícios em marcos de novas identidades urbanas.

Para que estes desejos se efetivassem, o edital do concurso determinava que os projetos submetidos deveriam reestabelecer o uso do mercado, preservando suas características como patrimônio, apesar do edifício não ser objeto de tombamento. O programa, por sua vez, previa a consolidação de um centro gastronômico e de prestação de serviços, dedicado à comercialização de produtos típicos da cidade, ou seja, um espaço de encontro e um ponto turístico (IAB/SC, 2014).

Sem consultas a antigos comerciantes e frequentadores, nem tão pouco a envolvidos na vigente cadeia produtiva de Lages, desde onde se destaca uma potente produção da agricultura familiar, o programa é apresentado como um dado *standart*. São propostos nove setores funcionais: serviços; produtos/bancas; praça de alimentação; espaço cultural; administração; apoio e logística; instalações sanitárias; área externa; e, estacionamento. Neste hall de funções, portanto, pouco há espaço para usos específicos da comunidade local, como observado do espaço de reciclagem do Mercado de Belo Horizonte, nem tão pouco espaços para usos efêmeros ou que, futuramente, poderiam vir a ser reclamados pela população.

Por esse conjunto de propostas, pode-se prospectar que o concurso atua como mais um artifício que produz e reproduz fenômenos de homogeneização e turistificação dos espaços públicos urbanos (LIPOVESTKY; SERROY, 2015; JACQUES, 2005; JEUDY, 2005), onde a gourmetização dos mercados tem representado uma eficiente estratégia (FREIRE, 2019; GUIMARÃES, 2019).

Para o julgamento das propostas enviadas ao concurso, foi previsto um único evento, apostando, portanto, em resultados únicos e consensuais. A proposta vencedora seria eleita por um júri técnico, composto por arquitetos e membros do Conselho Municipal, e um júri representativo, composto por representantes de associações industriais, comerciais e de ensino, e por moradores e de produtores, o que supostamente evidencia alguma abertura para a participação popular.

Pela ampla divulgação em *websites* especializados e mídias em geral, o concurso recebeu 179 inscrições, vindas de dezoito estados brasileiros. Essas propostas foram submetidas ao corpo de jurados que, ao fim, foi composto predominantemente por arquitetos e engenheiros civis, mesmo quando integrantes do júri representativo. Merece atenção a presença do arquiteto português José Antônio Barbosa, que ministrou uma palestra na cidade dias antes da escolha do projeto.

Como projeto vencedor, foi eleito o de autoria dos arquitetos e urbanistas paulistas Henrique Zulian, Talita Broering, Vitor Zanatta e Vinicius Figueiredo. (Figura 6). De acordo com o júri, este atendia a “todas” as exigências técnicas e ambientais e respondia a uma “estética contemporânea” (DEMENECK, 2018, n.p.), o que pode evidenciar a ênfase nos aspectos estéticos, sem explicitar qualquer futuro potencial conflitivo de natureza ético-política.

Da proposta vencedora

No memorial do projeto, um anexo ao antigo edifício, configurando um pátio central, é apresentado como uma solução que busca preservar a matriz compositiva da pré-existência. De fato, o novo volume, definido por uma grande cobertura, segue um gabarito harmonioso com relação ao mercado e se difere do mesmo nos materiais e técnicas construtivas, respeitando parâmetros compositivos de legibilidade impostos



Figura 6 – Projeto Vencedor do Concurso do Mercado de Lages. Fonte: Cortesia de Henrique Zúlian, 2014.

pelo edital.

Por outro lado, é proposto que esse novo conjunto se abra para a rua, buscando estabelecer relações permeáveis com a cidade, visto que, segundo os autores, permeabilidade e continuidade espacial seriam condições para garantir trocas qualitativas e permanências e, pretensamente (ou ingenuamente), uma forma de evitar problemas decorrentes do enfrentamento com o espaço urbano:

Entende-se aqui que, desde sua origem, o uso de um mercado necessita de permeabilidade e continuidade do espaço público para realizar de maneira qualitativa as suas trocas, eventos, funcionalidade e sociabilidade, além de proporcionar espacialidades dignas e que incentivem o usuário à longa permanência. **Do contrário, diversos problemas podem ser revelados e acentuados com o tempo. A solução encontrada foi um equilíbrio entre uso/não-enfrentamento urbano e valorização da edificação histórica** (BROERING; ZULIAN; ZANATTA; FIGUEIREDO, 2015, n.p – negrito dos autores).

Para tanto, é proposta a abertura de novos vãos para a rua, configurando uma espécie de largo-mercado, onde bares, lanchonetes, serviços e exposições, bem como boxes para feiras itinerantes, garantiriam o funcionamento do espaço em horários independentes do mercado.

No pátio central resultante, dedicado à permanência e à passagem dos usuários, estaria previsto um “espaço de imprevisibilidade”, onde alguma atenção à realidade local se resume a um muro de pedras remete a técnicas tradicionais locais:

Esse pátio aberto abriga o espaço da imprevisibilidade, do lazer, dos eventos, oficinas ao ar livre, do chimarrão, dos jogos, com um único destaque fixo para o Monumento à Coxilha Rica, representando por um muro em pedras dos antigos caminhos de tropas da região (BROERING;



Figura 7 – Mercado Público de Lages revitalizado. Fonte: Prefeitura Municipal de Lages, 2021.

ZANATTA FIGUEIREDO, 2015, n.p).

A resposta formal, portanto, corresponde a um gosto genérico global, moldado por referências midiáticas ou ainda por legislações patrimoniais que, como observa Jacques (2005), ao serem padronizadas e não adaptadas às realidades locais, condiciona respostas muito semelhantes em várias partes do mundo. (Figura 7). Por outro lado, programaticamente, não é impossível supor que o largo-mercado é uma estratégia que pode vir a consolidar ali um gueto de consumo e lazer dedicado especialmente a turistas, espetacularizando aquilo que pode ser tido como patrimônio ou o que poderá vir a ser desde essa ação e, em última instância, levando a processos de gentrificação (JACQUES, 2005).

Conflitos por vir

Apesar do resultado liberado no mesmo ano, só em 2018 foi aberta licitação para a sua obra, que não seguiu as definições projetuais desenhadas pelos arquitetos vencedores. O Mercado foi entregue à população em dezembro de 2021. No mesmo ano, foi aberta a licitação para a ocupação dos boxes que, dedicada a empresas, microempresas e microempreendedores individuais e cooperativas, não contemplava antigos comerciantes e pré-definia usos alheios à função primeira do mercado, como *petshops*, empório de vinhos finos e de altitude, chopes artesanais, restaurante, lanchonete, chocolaterias, dentre outros (PML, 2021). Somado a isso, passaram a ser propostos ali eventos gastronômicos e culturais, o que pode indicar a que público o espaço se direciona e os conflitos a serem desencadeados desse processo de construção de um comum.

Considerações Finais

Cruzando estes dois concursos, explicita-se que seus meios e fins são distintos. O concurso do Mercado de Belo Horizonte é deflagrado pelos conflitos e necessidades da própria comunidade e construído com a sua participação direta, desde a concepção

do edital à eleição das propostas. O concurso do Mercado de Lages, por sua vez, é uma iniciativa governamental deflagrada por argumentos pouco claros de necessidade de resgate da história da sua sociedade, ao mesmo tempo em que essa mesma sociedade não atua ativamente no processo de concurso.

Desde esses argumentos que anunciam os concursos e os modos como operam, os resultados alcançados também se distanciam. Em Belo Horizonte, o concurso se converte em meio e fim para negociações políticas, articulando, portanto, o estético, ético e político. Em Lages, o concurso se reduz a um artifício de espetacularização do patrimônio e de consolidação de uma nova imagem urbana, reduzindo, portanto, suas discussões à dimensão estética e ofuscando os conflitos éticos e políticos existentes e a emergir.

Organizados por uma mesma instituição, tais concursos podem revelar contradições de uma cultura em construção, em que o senso democrático a guiar seus meios e fins, por vezes, é tomado como uma construção, outras, como uma premissa. Há aqui uma necessária (re)significação do democrático nos concursos, quando a igualdade entre sujeitos se dá pela representação dos inaptos pelos aptos e quando a idealização de consensos obscurece conflitos e contradições entre sujeitos heterogêneos e ideias divergentes. Concursos e seus projetos não podem ser depreendidos de seu potencial danoso, já que trazem subjacentes modos de pensar-fazer cidades que nem sempre garantem a todos o direito à cidadania e, em instância última, à cidade.

Dar luz a isso é uma forma de evidenciar distintos níveis de comprometimentos estético-ético-políticos dos concursos, de seus promotores e organizadores. Dão pistas para a superação de dilemas a proposição de concursos por demandas efetivas da comunidade e não apenas como artifícios com fins políticos-outros. No mesmo sentido, pode-se elencar: a elaboração de editais que contemplem a participação popular na formulação de seus programas e na composição de seus corpos de jurados; o alargamento de cronogramas, envolvendo diversas etapas de discussão e a emergência de propostas como dados não-consensuais e não como simples vencedoras de um páreo; e por fim, o que não se explicita em nenhum dos casos, a participação dos envolvidos nas etapas pós-concurso, ou seja, na construção e gestão dos espaços propostos.

Isso, contudo, não resulta em fórmulas fáceis, visto que sempre precisam ser circunstanciadas e contextualizadas. Persiste, portanto, o questionamento: como concursos podem se converter em mecanismos que, para além de buscar resultados, sejam âmbitos para o próprio exercício da democracia? Como concursos poderão ressignificar seus sentidos, de forma a não produzir e reproduzir a cidade em suas desigualdades sociais?

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. *Revitalização do Antigo Mercado Público de Lages: um novo lugar no centro de Lages*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDRADE, Ulisses Morato de. Frutas, legumes, arquitetura e democracia! O caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, Belo Horizonte – MG. *Projetos*, São Paulo: ano 11, n. 132.01, n.p, dez. 2011. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4165>. Acesso em: 01 set. 2021.

ARAÚJO, Maria de Sousa Lopes Borges de. *O Mercado como Gerador de Urbanidade*.

Casos de estudo na cidade do Porto. 2021. 331f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

ASENSIO, Ana. Concurso Racons Públics / Participación Ciudadana en Barcelona. *Plataforma Arquitectura*, 09 abr. 2013, n.p. Online. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-250145/concurso-racons-publics-participacion-ciudadana-en-barcelona>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ASSAEL, Daniela. Laboratorio para la ciudad. Transformación del Mercado de Montería en contexto con su Centro Histórico. *Plataforma Arquitectura*, 27 jan. 2015, n.p. Online. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/761086/laboratorio-para-la-ciudad-transformacion-del-mercado-de-monteria-en-contexto-con-su-centro-historico>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BROERING, Talita; ZULIAN, Henrique; Zanatta, Vitor; FIGUEIREDO, Vinicius. Mercado Público de Lages. *Projetos*, São Paulo, ano 15, n. 169.05, n.p, jan. 2015. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.169/5404?page=2>. Acesso em 15 jul. 2021.

CARRERO, Jesús Rojo. De Jurados y Arquitectos: Ideas sobre los Concursos. *Proyecto, Progreso, Arquitectura*, Sevilla: Universidad de Sevilla, n. 7, p. 26-37, nov. 2012. Online. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/51391619.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

CORDERO, Adrián Hernandez. Los mercados públicos: espacios urbanos en disputa. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Ciudad de México: v. 38, n. 83, p. 165-186, dez. 2017. Online. Disponível em: <https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/40/54>. Acesso em: 01 set. 2021.

DEMENECK, Eduarda. *Reforma do Mercado Público em Lages: do abandono ao resgate da história*. NSC Total, Florianópolis, 18 mar. 2018. Online. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/eduarda-demeneck/reforma-do-mercadopublico-de-lages-do-abandono-ao-resgate-da-historia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FCL – Fundação Municipal de Cultura de Lages. *Aspectos Históricos do Mercado*. In: IAB-SC. *Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iab-sc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. *Geografares*, Vitória, v. 25, p. 176-198, jan./jun. 2018. Online. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/17856>. Acesso em: 01 set. 2021.

GUIMARÃES, Pedro. Gentrificação comercial, os mercados municipais empurrados para o lazer e o entretenimento. *Magazine AGRI*, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 9-13. Online. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334805713_Guimaraes_P_2019_Gentrificacao_comercial_os_mercados_municipais_empurrados_para_o_lazer_e_o_entretenimento_magazine_AGRI_5. Acesso em: 01 set. 2021.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 243-253, 1995. Online. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8869>.

Acesso em 28 set. 2021.

IAB/SC. *Termo de Referência Concurso Nacional de Arquitetura Projeto Executivo de Arquitetura para Adequação e Requalificação do Mercado Público de Lages/SC*. Site do IAB/SC, Lages, 2014. Online. Disponível em: <http://www.iabsc.org.br/concursolages/index.php?p=regulamento.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ISHIDA, Americo; BORNHAUSEN, Eliana Z.; VARELA, Iáscara A.; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEIXER, Zilma Isabel. *Memórias, ausências e presenças do Art Déco em Lages*. Florianópolis: UFSC, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Do especular ao espetacular. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 04, n. 042.01, n.p, jun. 2005. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>. Acesso em: 21 abr. 2021.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOBIM, Luciana. IAB-MG apresenta os finalistas da premiação Viva o Mercado! *MDC revista de arquitetura e urbanismo*, Minas Gerais: agosto de 2011, n.p. Online. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/08/27/iab-mg-apresenta-os-finalistas-da-premiacao-viva-o-mercado/>. Acesso em: 18 set. 2021.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATOSO, Danilo. Contra a demolição do Mercado Distrital do Cruzeiro – BH. *MDC revista de arquitetura e urbanismo*. Minas Gerais: maio de 2011, n.p. Online. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2011/05/09/contr-a-demolicao-do-mercado-distrital-do-cruzeiro-bh/>. Acesso em: 18 set. 2021.

MERCADO DO CRUZEIRO. *História do Mercado Distrital do Cruzeiro*. Belo Horizonte, n.d. Online. Disponível em: http://mercadocruzeiro.blogspot.com/p/historia_15.html. Acesso em: 06 jun. 2022.

MUNARIM, Ulisses; LIMA, A. L, MORAIS, D. S.; GRAD, G. F. *Projeto de Revitalização do Mercado Público Municipal de Lages*. 2007.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte. PMI nº 001/2018. *Procedimento de Manifestação de Interesse – Mercados Municipais*. Belo Horizonte, MG, 2018. Online. Disponível em: <https://pbhativos.com.br/pmi-mercados-municipais/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: UNIPLAC, 2002.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

PERSPECTIVAS. *A história do Mercado do Cruzeiro*. Site Perspectivas Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte, 2017. Online. Disponível em: <https://perspectivasbairrocruzeiro.wordpress.com/a-historia-do-mercado-do-cruzeiro/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

PERUCCI, Gustavo. *Cruzeiro é disputado para morar*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 12 dez. 2015. Lugar Certo. Online. Disponível em: https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2015/12/12/interna_noticias,49063/cruzeiro-e-disputado-para-morar.shtml. Acesso em: 04 jun. 2022.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES. Processo nº 17/2022. *Edital de Concorrência Pública nº 01/2022*. Lages, SC, 2022. Online. Disponível em: <https://licitacoes.lages.sc.gov.br/assets/licitacao/0749ce08bfdde18d2e536d334a774413.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

QUEIROZ, Ana Laura; DIAS, Roger. *Iniciativa privada vai gerir 2 mercados municipais e 2 feiras de BH*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 23 mar. 2022. Online. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/23/interna_gerais,1354844/iniciativa-privada-vai-gerir-2-mercados-municipais-e-2-feiras-de-bh.shtml. Acesso em: 07 jun. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

REDAÇÃO DO HOJE EM DIA. *Mercados Distritais e Feiras Cobertas de BH são privatizados*. Hoje em Dia Digital, Belo Horizonte, 21 mar. 2022. Online. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/mercados-distritais-e-feiras-cobertas-de-bh-s-o-privatizados-1.890242>. Acesso em: 09 jun. 2022.

REDAÇÃO DO NDMAIS. *Revitalizado, Mercado Público de Lages volta a ser opção turística na Serra*. NDMAIS Digital, Florianópolis, 13 abr. 2022. Online. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/mercado-publico-de-lages-e-opcao-turistica-na-serra/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. *Parecer Técnico do Mercado Público Municipal de Lages – SC*. Fundação Catarinense de Cultura, Florianópolis, 17 jun. 2014. Online. Disponível em: http://www.iab-sc.org.br/concursolages/download/termo-referencia-anexo-2-parecer-tecnico-035-14_40281252228290.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

SOBREIRA, Fabiano. O julgamento nos concursos de arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 253.04, n.p, jun. 2021, n.p. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.253/8121>. Acesso em: 13 set. 2021.

SOUZA, Bárbara da Silva; SAMORA, Patrícia Rodrigues. As dimensões habitacional e ambiental nos concursos de projeto de urbanização de favelas. Estudo de seis casos selecionados. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 254.06, n.p, jul. 2021. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.254/8143>. Acesso em: 13 set. 2021.

SUZUKI, Eduardo H.; PADOVANO, Bruno Roberto; GUADANHIM, Sidnei Junior. A eficácia dos concursos nacionais de arquitetura e urbanismo no Brasil de 1984 a 2012. *Arquitextos*, São Paulo: ano 19, n. 217.00, n.p, jun. 2018. Online. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.217/7013>. Acesso em: 01 set. 2021.

SIQUEIRA, Humberto. *Concurso vai premiar melhor proposta para revitalização do Mercado do Cruzeiro*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 30 jun. 2011. Online. Disponível em: https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2011/06/30/interna_noticias,44962/concurso-vai-premiar-melhor-proposta-para-revitalizacao-do-mercado-do-cruzeiro.shtml. Acesso em: 03 jun. 2022.

VIDIGAL, Luciane. *Mercado Distrital do Cruzeiro recebe propostas*. Estado de Minas Digital, Belo Horizonte, 01 jun. 2011. Online. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/06/01/interna_gerais,231205/mercado-distrital-do-cruzeiro-recebe-propostas.shtml. Acesso em: 03 jun. 2022.